



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS – IPASGO/GO

CONCURSO PÚBLICO

PROVAS OBJETIVAS – AUDITOR MÉDICO - ORTOPEDIA

1

ATENÇÃO: Marque no cartão-resposta o mesmo NÚMERO da sua prova.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seu nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu, no cartão-resposta, no caderno de questões e na folha da prova discursiva.
2. Assine seu cartão-resposta e sua folha da prova discursiva.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciar a prova.
4. Sua prova tem **60** questões, com quatro alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta, correspondente a alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta serão anuladas.
6. O cartão-resposta e a folha da prova discursiva não serão substituídos, salvo se tiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **5h**, incluso o tempo para a realização da prova objetiva, prova discursiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas depois de decorrida **1h** do início das mesmas, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas, sob pena de ser excluído do concurso.
10. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de provas depois de **4h** do início das mesmas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta e folha da prova discursiva, preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.
12. Os **03** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta e a folha da prova discursiva dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

QUESTÕES OBJETIVAS – AUDITOR MÉDICO - ORTOPEDIA

PORTUGUÊS

Leia o excerto abaixo para responder às questões seguintes:

Nos últimos anos, apesar de não ter sido efetivada a descentralização da gestão do sistema de saúde no Brasil, alguns movimentos, desde as AIS, SUDS e SUS, e legislação especificada nas leis 8.080/90, 8.142/90, até as Normas Operacionais Básicas 01/91, 01/93 e 01/96, fizeram com que os municípios assumissem cada vez mais as ações de auditoria e supervisão de serviços de saúde.

Os modelos de gestão timidamente incorporados pela maioria dos municípios são os gerados pelo extinto INAMPS e pelas secretarias de Estado da Saúde. Evidentemente, não se podem descartar totalmente tais modelos; porém, sua operação é discutível, pois ela sempre ocorre de forma centralizada, fazendo com que sua eficiência e eficácia deixem muito a desejar.

Historicamente, a gestão centralizada tem sido dominada pela burocracia e pelas necessidades dos prestadores de serviço e não pelas necessidades da população. Até o momento, as diretrizes do Sistema Único de Saúde não foram implantadas em sua totalidade e, dentre elas, a descentralização é a estratégia fundamental para redefinir o papel do Estado nas funções públicas de normatizar, regular e garantir o acesso da população e controlar os serviços de saúde que permanecem sob sua gestão.

01. Segundo o excerto acima exposto, é correto inferir que:

I – Os municípios estão assumindo seu lugar nas ações de auditoria e gestão da saúde, embora não tenha sido efetivada a descentralização do sistema de saúde no Brasil.

II – A gestão centralizada é burocrática, mas visa atender às necessidades da população, segundo o que se pode constatar através da análise histórica da gestão dos sistemas de saúde no Brasil.

III – A descentralização é efetiva no Brasil, e esse objetivo pode ser alcançado através de movimentos como as AIS, SUDS e SUS, e legislação especificada nas leis 8.080/90, 8.142/90, até as Normas Operacionais Básicas 01/91, 01/93 e 01/96.

- a) A proposição I é verdadeira e as proposições II e III são falsas.
- b) A proposição II é verdadeira e as proposições I e III são falsas.
- c) A proposição III é verdadeira e as proposições I e II são falsas.
- d) Todas as proposições apresentadas são falsas.

02. Assinale a alternativa correta:

I – “a gestão centralizada tem sido dominada pela burocracia”.

II – “a gestão centralizada foi dominada pela burocracia”.

- a) Na análise verbal dos dois períodos expostos nas proposições acima, é correto afirmar que a oração II traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito composto do modo subjuntivo, indicando na voz passiva analítica do verbo dominar o sentido textual de uma ação que tem início no passado e pode se prolongar até o momento atual. A oração I traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito simples do modo imperativo, indicando na voz passiva analítica do verbo dominar o sentido textual de uma ação ocorrida num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminada.
- b) Na análise verbal dos dois períodos expostos nas proposições acima, é correto afirmar que a oração I traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito imperfeito composto do modo indicativo, indicando na voz passiva sintética do verbo dominar o sentido textual de uma ação que tem início no passado e pode se prolongar até o momento atual. A oração II traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito imperfeito simples do modo subjuntivo, indicando na voz passiva analítica do verbo dominar o sentido textual de uma ação ocorrida antes de outro fato já terminado.
- c) Na análise verbal dos dois períodos expostos nas proposições acima, é correto afirmar que a oração II traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito composto do modo subjuntivo, indicando na voz passiva sintética do verbo dominar o sentido textual de uma ação que tem início no passado e pode se prolongar até o momento atual. A oração I traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito simples do modo subjuntivo, indicando na voz passiva sintética do verbo dominar o sentido textual de uma ação ocorrida antes de outro fato já terminado.
- d) Na análise verbal dos dois períodos expostos nas proposições acima, é correto afirmar que a oração I traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito composto do modo indicativo, indicando na voz passiva analítica do verbo dominar o sentido textual de uma ação que tem início no passado e pode se prolongar até o momento atual. A oração II traz o verbo ser conjugado no tempo verbal pretérito perfeito simples do modo indicativo, indicando na voz passiva analítica do verbo dominar o sentido textual de uma ação ocorrida num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminada.

03. Quanto às siglas utilizadas no excerto anteriormente exposto, assinale a alternativa incorreta quanto ao significado atribuído a cada uma delas:

- a) AIS – Ações Integradas de Saúde.

- b) SUDS – Sistema Único e Descentralizado de Saúde.
- c) SUS – Sistema Único de Saúde.
- d) INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Leia o excerto abaixo para responder às questões seguintes:

O conceito de auditoria (*audit*) foi proposto por Lambeck em 1956 e tem como premissa a “avaliação da qualidade da atenção com base na observação direta, registro e história clínica do cliente”.

As atividades da auditoria concentram-se nos processos e resultados da prestação de serviços e pressupõem o desenvolvimento de um modelo de atenção adequado em relação às normas de acesso, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Consistem em controlar e avaliar o grau de atenção efetivamente prestada pelo sistema, comparando-a a um modelo definido.

A auditoria operacional consiste na realização de atividades voltadas para controle das ações desenvolvidas pela rede de serviços do Distrito Sanitário e concentra-se nas condições da rede física, nos mecanismos de regulação e no desenvolvimento das ações de saúde.

A auditoria analítica baseia-se no desenvolvimento de atividades que têm por objetivo aprofundar as análises de aspectos específicos do sistema de saúde do Distrito Sanitário, ou seja, é voltada para a avaliação quantitativa, inferindo, em algumas situações, a qualidade das ações de saúde do Distrito Sanitário.

04. Segundo o que se pode inferir do excerto acima exposto, é correto afirmar que:

I – A auditoria pode ser definida como um conjunto de ações que consistem em controlar e avaliar o grau de atenção efetivamente prestada pelo sistema, comparando-a a um modelo definido, evitando concentrarem-se nos processos e resultados da prestação de serviços que pressupõem o desenvolvimento de um modelo de atenção adequado em relação às normas de acesso, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

II – A auditoria analítica pode ser definida como um conjunto de atividades desenvolvidas para controle das ações promovidas pela rede de serviços do Distrito Sanitário.

III – A auditoria operacional pode ser definida como um conjunto de atividades desenvolvidas para avaliação de aspectos específicos do sistema saúde do Distrito Sanitário.

- a) A proposição I é verdadeira e as proposições II e III são falsas.
- b) A proposição II é verdadeira e as proposições I e III são falsas.
- c) A proposição III é verdadeira e as proposições I e II são falsas.
- d) Todas as proposições apresentadas são falsas.

05. Assinale a alternativa correta:

I – “um modelo de atenção adequado em relação às normas de acesso, diagnóstico, tratamento e reabilitação”.

- a) Na oração exposta na proposição I, explica-se o uso da crase por obediência às regras de concordância nominal ao adequar a referência do substantivo “relação” ao seu complemento nominal “normas”.
- b) Na oração exposta na proposição I, explica-se o uso da crase por obediência às regras de concordância verbal ao adequar a referência do substantivo “relação” ao seu complemento nominal “normas”.
- c) Na oração exposta na proposição I, explica-se o uso da crase por obediência às regras de regência nominal ao adequar a referência do adjunto adverbial transitivo “em relação” ao seu complemento nominal “normas”.
- d) Na oração exposta na proposição I, explica-se o uso da crase por obediência às regras de regência verbal ao adequar a referência do adjunto adverbial transitivo “em relação” ao seu complemento verbal “normas”.

06. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal nos períodos apresentados a seguir:

I – “(...) e concentra-se nas condições da rede física, nos mecanismos de regulação e no desenvolvimento das ações de saúde”.

II – “A auditoria analítica baseia-se no desenvolvimento de atividades”.

- a) Na oração exposta na proposição I é obrigatório o uso da próclise devido à conjunção coordenativa “e”, enquanto na oração exposta na proposição II é obrigatório o uso da ênclise por causa da ocorrência do sujeito explícito “a auditoria analítica”.
- b) Na oração exposta na proposição I é facultativo o uso da próclise ou da ênclise devido à conjunção coordenativa “e”, enquanto na oração exposta na proposição II é facultativo o uso da próclise ou da ênclise por causa da ocorrência do sujeito explícito “a auditoria analítica”.
- c) Na oração exposta na proposição I é facultativo o uso da próclise ou da ênclise devido à conjunção coordenativa “e”, enquanto na oração exposta na proposição II é obrigatório o uso da ênclise por causa da ocorrência do sujeito explícito “a auditoria analítica”.
- d) Na oração exposta na proposição I é obrigatório o uso da ênclise devido à conjunção coordenativa “e”, enquanto na oração exposta na proposição II é facultativo o uso da próclise ou da ênclise por causa da ocorrência do sujeito explícito “a auditoria analítica”.

07. Artigo é a palavra que precede o substantivo, servindo para classificá-lo quanto ao gênero e ao número. O artigo pode especificar ou generalizar o substantivo classificando-o em definido ou indefinido. Deste modo, sob o ponto de vista semântico, ou seja, sob o ponto de vista da significação das palavras dentro de um determinado contexto, os artigos e os substantivos estão intimamente ligados. Com base no que se pode inferir das sentenças abaixo, assinale a alternativa correta.

- a) “Padaria é uma pequena indústria” – nesta sentença a ausência do artigo precedendo o substantivo “padaria” serve para dizer que o substantivo se refere a qualquer tipo de estabelecimento designado pelo nome de padaria.
- b) “Uma padaria do bairro foi interditada pela vigilância sanitária” – nesta sentença pressupõe-se que o bairro tem apenas uma padaria e, por isso, qualquer habitante da vizinhança já sabe a que padaria o interlocutor está se referindo.
- c) “A padaria do bairro foi interditada pela vigilância sanitária” – nesta sentença pressupõe-se que o bairro tem mais de uma padaria, e por isso mesmo o interlocutor pode não saber de que padaria se trata
- d) “O livro é uma fonte de saber” – nesta sentença pressupõe-se que o substantivo “livro” é determinado e já conhecido pelo interlocutor, não podendo se definir como qualquer obra do gênero, mas sim uma obra em específico.

ATUALIDADES

Leia a reportagem a seguir, que nos chama a atenção para um novo olhar por deixar a intolerância de lado e abrir-se a acolhida fraterna e humana:

Buenos Aires, 29 dezembro de 2009. - Os argentinos José Maria Di Bello e Alex Freyre, que celebraram o primeiro casamento gay da América Latina nesta segunda-feira, disseram hoje que sua união abre caminho para outras do tipo na região.

Este casamento é uma festa para toda América Latina e o Caribe. Estamos iluminando toda a região”, afirmou Di Bello. Ele e Freyre concederam entrevistas hoje em Buenos Aires sobre os detalhes de seu casamento, ocorrido em Ushuaia, capital da província da Terra do Fogo, no extremo sul da Argentina.

“Aqui estamos. Somos marido e marido finalmente”, comemorou Di Bello, interrompido pelo aplauso de membros de organizações defensoras dos direitos dos homossexuais.

Rejeitado por grupos católicos e conservadores, o casamento de Di Bello e Freyre foi possível graças a um decreto provincial que reverteu uma complexa controvérsia judicial que os tinha impedido de se casar em Buenos Aires.

A governadora da Terra do Fogo, Fabiana Ríos, aceitou um recurso apresentado pelo casal e ordenou o Registro Civil de Ushuaia que os casasse.

Os recém-casados se mostraram ansiosos por retornar a Ushuaia para continuar com sua lua-de-mel, além de aproveitar a estadia para realizar atividades de prevenção contra a Aids, doença da qual ambos sofrem, explicou Freyre à Agência Efe.

“Estamos recebendo vários convites, mas a melhor lua-de-mel vai ser em Ushuaia”, disse Freyre, que pediu Di Bello em casamento há um ano, em Paris.

Segundo Freyre, quase 50 casais gays entraram com recursos judiciais em diferentes províncias argentinas para poderem se casar.

O casal disse confiar em que a Justiça do país se manifeste sobre a validade do casamento entre pessoas do mesmo sexo, depois que a juíza Elena Highton de Nolasco, da Suprema Corte Argentina, disse que o máximo tribunal do país “seguramente” tratará do assunto em 2010.

Atualmente, quatro cidades da Argentina, entre elas a capital do país, reconhecem a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o que não é equiparável juridicamente ao casamento.

“Não queremos a união civil, queremos igualdade jurídica e para isso é necessária uma lei”, afirmaram Freyre e Di Bello.

08. Buenos Aires, em 2002 se tornou a primeira cidade da América Latina a permitir uniões do mesmo sexo civil. Assinale a alternativa que apresenta a primeira cidade da América Latina a legalizar o casamento de pessoas do mesmo sexo.

- a) Cidade de Nezhualcóyotl.
- b) Cidade do México.
- c) Cidade de Buenos Aires.
- d) Cidade de Ushuaia.

O noticiário no mês de dezembro de 2009 relatou casos que chamou a atenção. Leia-os a seguir:

- CASO 1: “A criança foi levada pela mãe ao hospital de Ibotirama, no oeste baiano, no dia 9 de dezembro. Chorava muito. Sem um diagnóstico evidente, os médicos pediram uma radiografia. A equipe ficou surpresa. Repetimos o exame, pensando que era problema do raio-X. Ninguém pensava que alguém tivesse capacidade de fazer isso em alguém de 2 anos. As imagens não deixavam dúvidas: o corpo da criança tinha sido perfurado por 31 agulhas de costura”.

- CASO 2: “Um caso similar ao do menino Márcio aconteceu no Maranhão, onde um menino de dois anos vive com cinco agulhas no corpo. Os objetos foram descobertos em outubro deste ano quando a mãe levou o filho para o hospital, alegando que ele havia caído da rede e sentia dores. Examinado, ficou constatado que o garoto tinha sete agulhas nas regiões torácica e abdominal - ele também tinha três costelas e uma clavícula quebradas. A criança ficou internada em estado grave até o início de dezembro. Em cirurgia, os médicos retiraram duas das agulhas, mas deixaram as outras por acreditar que a remoção trairia risco à criança. O menino hoje está fora de perigo”.

09. Sobre os dois casos mencionados, sendo um da Bahia e outro do Maranhão, assinale a alternativa que apresenta respectivamente os nomes das cidades correspondentes a estes estados brasileiros, nos quais os casos acima ocorreram.

- a) Ibotirama (BA) / São Vicente Ferrer (MA).
- b) Abaré (BA) / São Roberto (MA).
- c) Iacu (BA) / São Raimundo das Mangabeiras (MA).
- d) Itagiba (BA) / Santo Amaro do Maranhão (MA).

10. A violência entre quilombolas de Albina, no Suriname, e brasileiros e chineses que vivem no local foi maior do que divulgado inicialmente pelas autoridades, segundo o padre brasileiro José Vergílio. A véspera do natal de 2009, o Suriname tornou-se o palco de um conflito ocasionado pelo esfaqueamento de um quilombola por um brasileiro, conforme noticiários. O povo surinamês, descendentes de escravos, é chamado também de:

- a) Vermelho.
- b) Azulado.
- c) Verde.
- d) Marrom.

11. A Conferência do Clima de Copenhague, a COP15, é nossa maior oportunidade para salvar a civilização de um colapso causado pelo aquecimento global. As emissões humanas responsáveis pelas mudanças climáticas – oriundas principalmente da queima de combustíveis fósseis para transporte e energia e do desmatamento – têm que começar a cair já para evitar o pior. A crise do clima virou fator determinante para a riqueza e a pobreza das nações nas próximas décadas. Com base nessa informação e no documento final que estabelece as bases para negociação continuar como forma de salvar o planeta do efeito estufa, pode-se citar que o principal avanço nas negociações foi a participação de um país que esteve fora das negociações sobre o clima mundial desde o Protocolo de Kyoto, em 1997. Este país é o maior emissor de gases poluentes e sua participação é vital para o sucesso de qualquer futuro tratado global. Qual país é este?

- a) Rússia.
- b) China.
- c) Estados Unidos.
- d) Reino Unido.

A Revista Época, de 14 de dezembro de 2009, nº 604, p.159, traz a seguinte reportagem por Andrés Vera:

A pulseirinha do sexo

Os jovens aderem à moda dos braceletes coloridos – muitos deles sem saber de seu significado erótico.

São pulseiras comuns, que qualquer garota usaria para ir ao colégio, feitas de silicone, em cores vibrantes e de aparência inocente. Mas nos últimos dias passaram a deixar muitos pais preocupados com rumores sobre seu verdadeiro significado. Segundo um modismo que surgiu na Inglaterra e chegou ao Brasil recentemente, arrebeitar a pulseira de determinada cor obrigaria o portador da pulseira a se submeter ao ato correspondente àquela cor. Pulseira amarela, por exemplo, equivaleria a um abraço. Pulseira preta, a sexo.

Não se sabe como surgiu esse código nem como ele se espalhou entre os adolescentes. Na Inglaterra, as pulseirinhas ganharam o nome de shag bands (algo como “pulseiras da transa”). Lá também surgiu o jogo chamado “snap” (estouro, na tradução do inglês) e o dicionário de cores. O assunto chamou a atenção da imprensa e virou motivo de alarde entre pais e educadores quando crianças do ensino fundamental começaram a usar as pulseiras.

Não demorou muito para a novidade se espalhar pela internet e chegar ao Brasil. Redes sociais como Orkut e Facebook têm comunidades dedicadas aos fãs das pulseiras. Uma delas já reunia 40 mil seguidores na semana passada, a maioria perfis de crianças e adolescentes. Embora seja comum encontrar jovens com o braço carregado de pulseiras, parte deles parece desconhecer seu significado. “Eu parei de usar quando descobri, mas vejo um monte de meninas do fundamental usando sem saber”, diz a estudante Bárbara Campos, de 15 anos, aluna de um colégio particular de São Paulo. Seu namorado, no entanto, ainda carrega três pulseiras no pulso: uma preta, uma branca e uma vermelha. “Se outra menina estourar as pulseiras dele, eu vou ficar muito brava”.

Vendidas por camelôs em qualquer cidade grande brasileira, a novidade ficou conhecida por aqui como pulseira cool (legal, na tradução do inglês), pulseira da amizade ou pulseira da malhação. Um pacote com 20 unidades, de cores sortidas, custa cerca de R\$ 1. Entre os mais jovens e os que não levam o sentido do snap a sério, as pulseiras também resumem o “currículo” sexual da pessoa. Vale a mesma regra das cores: quem já fez sexo pode exibir sua pulseira preta. Os mais “populares” costumam usar a cor dourada.

Como pais e educadores deveriam reagir diante da conotação sexual de uma inocente pulseira de silicone? “Proibir não adianta, porque o adolescente pode se sentir excluído quando vir que os colegas continuam usando”, diz a psicóloga Denise Diniz, da Universidade Federal de São Paulo. “Os pais devem aproveitar a oportunidade para debater sexualidade em casa”. Os colégios se dividem entre proibir ou ignorar o uso das pulseiras. “Acreditamos que esse jogo não passe de um modismo, mas os pais podem e devem impor seus limites, sem alarde”, diz Silvana Leporace, coordenadora educacional do Colégio Dante Alighieri, em São Paulo. Modismo ou não, não custa nada para os pais dar uma olhadinha no que os filhos andam usando no pulso.

Arrebrantar a pulseira de outra pessoa é um convite à intimidade. Observe o significado de cada uma das cores das pulseiras:

- Amarela – abraçar;
- Rosa – mostrar o peito;
- Laranja – morder com carinho;
- Roxa – beijar com a língua;
- Vermelha – fazer dança erótica;
- Verde – chupar o pescoço;
- Branca – a menina decide;
- Azul – a menina faz sexo oral;
- Rosa-claro – o menino faz sexo oral;
- Preta – fazer sexo;
- Dourada – todos os itens acima.

12. O assunto sexualidade ainda é um tabu nas escolas e em muitos lares brasileiros. A educação sexual busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo, livre de preconceito e tabus. Sobre a educação sexual nas escolas brasileiras, é correto afirmar:

- a) A Lei 9610/98 faz executar a educação sexual nas escolas.
- b) A Lei 11645/08 faz executar a educação sexual nas escolas.
- c) A Lei 9496/96 faz executar a educação sexual nas escolas.
- d) O Brasil não possui uma Lei para a educação sexual nas escolas e o referido assunto é apenas trabalhado como tema transversal de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

REALIDADE

13. Já no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições percorreram parte do território do atual Estado de Goiás. Estas expedições eram organizadas principalmente na Bahia (então centro da colonização). Algumas possuíam caráter oficial e eram destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais. Outras pertenciam a empresas comerciais de particulares e eram organizadas para a captura de índios. De São Paulo saíam as bandeiras que, buscando índios (cada vez mais escassos) chegavam com frequência até ao extremo norte de Goiás, região do Estreito. Rememorando os fatos históricos de Goiás, podemos afirmar que “a primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins”, foi a de:

- a) Antonio Macedo e Domingos Luís Grau.
- b) Domingos Rodrigues e Belchior Carneiro.
- c) André Fernandes e Afonso Sardinha.
- d) Antonio Paes e Sebastião Paes.

14. O descobridor de Goiás foi Anhangüera. Isto não significa que ele fosse o primeiro a chegar a Goiás, mas sim que ele foi o primeiro a vir para Goiás com a intenção de se fixar aqui no período de 1690 a 1718. Anhangüera foi o apelido dado a quem?

- a) João Leite da Silva Ortiz.
- b) João de Abreu.
- c) Francisco Pires Ribeirão.
- d) Bartolomeu Bueno da Silva.

Leia a informação a seguir para responder a próxima questão:

O Sistema Faeg/Senar lançou nesta sexta-feira (18/12/09) a Campanha Carbono Zero. A ação teve por objetivo o plantio de 600 mudas de árvores nativas com fim de neutralizar os gases de efeito estufa (GEEs) emitidos ao longo do ano pelas atividades diárias executadas na sede do Sistema, em Goiânia.

Os 116 funcionários da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), em Goiás, plantaram 600 mudas de árvores nativas do Cerrado no Parque Macambira-Anicuns. Os GEEs emitidos pelo Sistema serão “sequestrados” pelas árvores, através da fotossíntese.

O cálculo para se chegar ao número de mudas necessário para a compensação do carbono emitido levou em consideração dados como deslocamentos que utilizaram veículos automotores, consumo de eletricidade, geração de resíduos, gás de cozinha, lixo, gasto de energia elétrica, entre outros. Com os cálculos, chega-se as toneladas de carbono equivalente (tCO₂e), índice que é convertido em número de árvores. O plantio das 600 mudas deixará o balanço entre emissões e absorções de gases de efeito estufa igual a zero.

A indicação do parque Macambira-Anicuns foi realizado pela Agência de Meio Ambiente (AMMA) que também é parceira na ação do plantio das mudas. De acordo com o presidente do Sistema Faeg/Senar, José Mário Schreiner, além dessa contribuição, o Sistema realizará uma série de alterações no padrão de consumo da entidade para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). “É o primeiro passo para darmos a nossa contribuição a um mundo melhor e mais limpo”, acrescenta.

O presidente do Sistema Faeg/Senar disse que o mais importante é ter consciência de que se pode contribuir para equilibrar a produção de alimentos e preservar os alimentos. “Destaco que a Faeg e o Senar não ficaram só no discurso e partimos para a ação e para a prática”, argumentou.

O secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos disse que as entidades demonstraram claramente que é possível agir no local em que se vive. “A Faeg e o Senar estão contribuindo com o meio ambiente e deixando um legado de trabalho em defesa da natureza”.

15. Assinale o nome do atual Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, mencionado no último parágrafo do texto acima:

- a) José Mário Schreiner.
- b) Luiz Pereira Júnior.
- c) Roberto Freire.
- d) Íris Rezende.

Considere as informações dadas abaixo que são base para a execução da questão a seguir:

A degradação do meio ambiente no estado de Goiás, nos anos 40, já era um problema sério que vinha preocupando o governo e a população em geral. As nossas matas estavam sendo devastadas e o uso indiscriminado de queimadas desnudava campos e esterilizava a camada arável do solo.

Preocupado com o meio ambiente, o governo do Estado de Goiás criou o Departamento de Fiscalização da Caça e Pesca da Secretaria da Agricultura do Estado. Em 1976 foi criada a Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás - SEMAGO, quando a visão e preocupação eram apenas a fauna. Na época a legislação ambiental utilizada eram as leis federais que muitas vezes não atendiam as particularidades de nosso Estado.

Em 1978, foi editada a Lei nº 8544 que regulava os processos potencialmente poluidores. As leis nº 12.596/95 e nº 13.025/97 vieram para regular nossa política florestal e a pesca, o fomento e a comercialização de espécies da ictiofauna. Com essas leis, Goiás começou a ter mecanismos específicos de proteção do meio ambiente.

Já em 1989, a SEMAGO foi transformada em Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMAGO, cuja estrutura organizacional administrativa veio permitir um melhor desenvolvimento das ações e atividades em defesa do meio ambiente.

Através das reformas administrativas realizadas em 1999, a FEMAGO e a Metais de Goiás S.A – METAGO foram extintas e criou-se a Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio da Lei nº 13.550.

Em 2001, a Lei nº 13.782 transferiu o setor de recursos naturais não renováveis (serviços geológicos, recursos hídricos e gestão territorial) para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a AGMA passou a denominar-se simplesmente AGÊNCIA GOIANA DO MEIO AMBIENTE.

16. Com base nos dados fornecidos e nos estudos realizados anteriormente, assinale as alternativas abaixo como V (verdadeiras) ou F (falsas):

I. Em 1975, o governo do Estado de Goiás criou a Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás – Semago – através da Lei nº 7.928, de 21 de maio de 1975. Lei regulamentada mais tarde pelo Decreto nº 779, de 24 de dezembro de 1.975, que dispõe sobre sua estrutura e competência. Para gerir uma política de proteção ao meio ambiente, a Semago contava apenas com a Legislação Ambiental, que é uma coletânea de leis, decretos e portarias que visavam controlar a poluição e proteger os recursos naturais dos processos de degradação.

II. Em 1983, Harlen Inácio dos Santos assumiu a Superintendência da Semago. A partir desse período, com a ajuda de uma Legislação Ambiental bem elaborada, e com o reconhecimento do Governo Federal, o órgão ampliou sua estrutura física e pessoal. O quadro de servidores passou a ser formado por

profissionais como engenheiros civis, florestais, químicos, agrônomos, sanitaristas, biólogos, bioquímicos, pedagogos, geógrafos, geólogos, técnicos em saneamento ambiental e em mineração, além dos servidores administrativos.

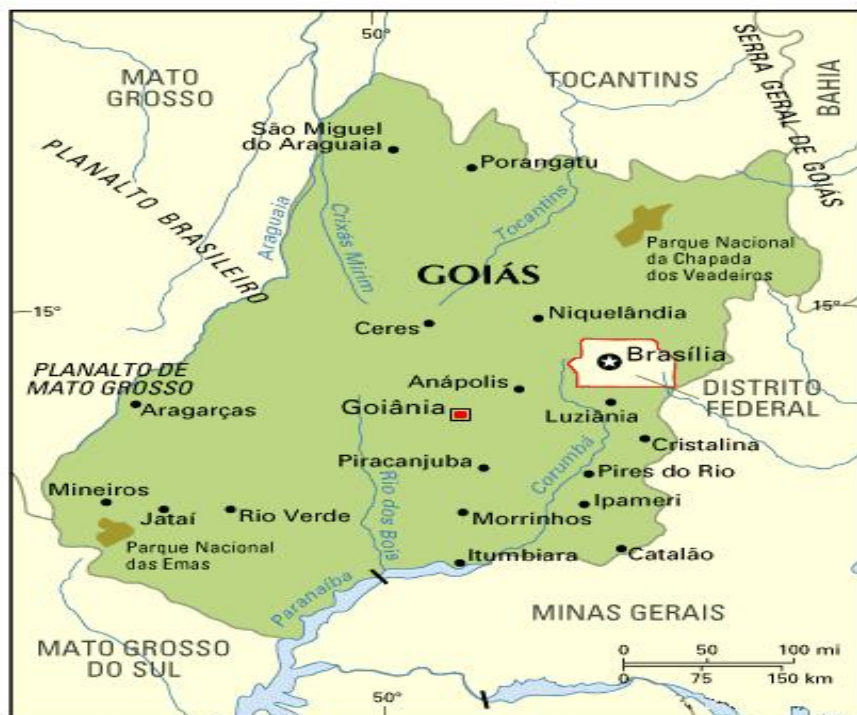
III. Em 1989, considerando o crescimento técnico-operacional, a Semago foi transformada em Fundação Estadual do Meio Ambiente - Femago. Com a mudança, o cargo de Superintendente passou a ser denominado de Diretor-presidente, ainda ocupado por Harlen Inácio dos Santos.

IV. Em 1999, com as novas reformas administrativas do novo Governo Estadual, liderado por Marconi Perillo, extinguiu-se a Femago e a Metais de Goiás S.A - Metago, e criou-se a Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Agência Ambiental de Goiás, através da Lei nº 13.550, de 11 de novembro daquele ano.

Podemos afirmar que:

- a) I e IV são verdadeiras.
- b) II e III são falsas.
- c) Todas as alternativas são verdadeiras.
- d) Todas as alternativas são falsas.

17. Observe o mapa e a partir da observação responda a questão:



Goiás, estado brasileiro, fica no leste da região Centro-Oeste. A respeito de suas divisas, assinale a alternativa correta:

- a) Norte = Minas Gerais.
- b) Sudeste = Bahia e Mato Grosso do Sul.
- c) Leste = Mato Grosso e Minas Gerais.
- d) Sudoeste = Mato Grosso do Sul.

INFORMÁTICA

18. Assinale a opção correta.

- a) Na versão 2007 do Excel, *bolhas* não é uma opção de gráfico.
- b) Uma *caixa de texto* é um objeto que você pode adicionar ao documento do Word 2007 para enfatizar ou definir texto.
- c) No Excel 2007 para se adicionar a data atual em uma planilha, utiliza-se a fórmula ATUAL().
- d) No Word 2007, a configuração do parágrafo não permite selecionar a opção *exatamente* para a formatação do espaçamento entre linhas do texto digitado.

19. No Excel 2007, utiliza-se uma *função* quando se deseja inserir uma fórmula pré-desenvolvida que assume um valor ou vários valores, executa uma operação e retorna um valor ou vários valores. As funções servem também para simplificar e reduzir fórmulas em uma planilha, especialmente aquelas que

executam cálculos longos e complexos. Dentre as alternativas abaixo assinale a que contenha tipos de funções.

- a) Informação e Tipo.Certo.
- b) N e Tipo.Certo.
- c) Texto e Num.
- d) Informação e Tipo.

20. Na versão 2007 do Microsoft Outlook, ela é uma coleção de contatos e fornece uma maneira fácil de enviar mensagens para um grupo de pessoas. O conceito acima se refere a:

- a) Lista de distribuição.
- b) Lista de contatos.
- c) Solicitação de tarefa.
- d) Pastas particulares.

21.No Word 2007, para se formatar uma monografia o estudante universitário precisa separar os capítulos do documento onde a numeração de página de cada capítulo comece com o número 1. Para tanto o mesmo utilizará:

- a) Quebra de Página.
- b) Quebra de Parágrafo.
- c) Quebra de Seção.
- d) Quebra de Margens.

22. Utilizando-se o Microsoft Outlook 2007, qual *menu* deve ser selecionado para se configurar uma ou mais contas de email?

- a) Ferramentas.
- b) Ações.
- c) Inserir.
- d) Arquivo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Para a conceituação de Estado, observamos inúmeros critérios apontados pela doutrina, como o sociológico, o político, o constitucional e o civilista. Acerca do tema, analise e correlacione as colunas abaixo, assinalando a alternativa correta.

- I – Estado é pessoa jurídica territorial soberana.
- II – Estado é corporação territorial dotada de um poder de mando originário.
- III – Estado é pessoa jurídica de Direito Público Interno.
- IV – Estado é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção.

- 1 – critério sociológico.
- 2 – critério político.
- 3 – critério constitucional.
- 4 – critério civilista.

- a) I-3, II-1, III-4 e IV-2.
- b) I-4, II-2, III-3 e IV-1.
- c) I-4, II-1, III-3 e IV-2.
- d) I-3, II-2, III-4 e IV-1.

24. No tocante aos Direitos e Garantias Fundamentais, podemos afirmar que:

- a) Os direitos individuais e coletivos, bem como os direitos sociais, são consagrados de forma sistemática pela Constituição Federal, restringindo as diretrizes traçadas no Título II da Carta Magna.
- b) Diante da interpretação extensiva do princípio da dignidade da pessoa humana, os destinatários dos direitos individuais são apenas os brasileiros e estrangeiros residentes no país.
- c) Os destinatários dos deveres fundamentais restringem os poderes públicos, aplicando-se assim a chamada eficácia horizontal.
- d) A Constituição Federal consagra o princípio da máxima efetividade ao estabelecer os direitos e garantias fundamentais.

25. A Constituição Federal, ao disciplinar sobre a Organização do Estado, estabelece normas sobre a Administração Pública e seus servidores. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto na Carta Constitucional.
- c) Não só aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis, mas também aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

26. Consoante às diretrizes traçadas pela Lei Estadual n. 16.272/2008, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ao Instituto de Assistência aos Servidores do Estado de Goiás – IPASGO, pode-se afirmar que:

- a) Ao IPASGO compete a atividade de prestação de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, odontológica, psicológica, fitoterápica, fonoaudióloga, e inclusive a assistência nutricional aos servidores públicos estaduais e outros segurados permitidos por lei, e seus dependentes do seu Plano de Saúde.
- b) Os regulamentos do IPASGO serão baixados após a apreciação técnica da Secretaria da Saúde, por meio de sua Superintendência de Gestão.
- c) As entidades da administração indireta jurisdicionam-se às Secretarias de Estado, sendo o IPASGO jurisdicionado à Secretaria da Fazenda.
- d) Como entidade jurisdicionada, o IPASGO deverá encaminhar, periodicamente, relatórios de gestão à Secretaria da Saúde.

27. A Lei Estadual n. 10.460/88 estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás e de suas Autarquias. Com base em suas disposições, analise as alternativas abaixo assinalando a alternativa correta:

- a) Funcionário Público, para os fins do Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo de provimento efetivo, com denominação, função e vencimentos próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos, excetuando-se aqueles investidos em cargo de comissão.
- b) As fraudes praticadas no registro de frequência acarretarão ao seu autor, se por força das circunstâncias não houver cometimento de outra maior, a pena de repreensão, na primeira ocorrência, suspensão por sessenta dias na segunda ocorrência e a demissão na terceira.
- c) O Estatuto não permite ao funcionário em regime de tempo integral devido à dedicação exclusiva o exercício de outro cargo, função ou atividade particular ou pública.
- d) Na ação disciplinar, ocorrerá a suspensão da contagem do prazo prescricional o ato de instauração do processo administrativo disciplinar, recomeçando a partir de então o seu curso integralmente.

28. Observando os dispositivos da Lei Estadual n. 13.800/01 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, assinale a alternativa incorreta:

- a) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências administrativas em que figure como requerente ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.
- b) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, sendo dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- c) O recurso não será conhecido quando oposto perante autoridade incompetente. Nesta hipótese, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- d) Poderá ser argüido o impedimento de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

29. A Lei Federal n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assinale a alternativa abaixo que não corresponda às orientações traçadas no diploma federal.

- a) Ao traçar regras acerca da dispensa do procedimento licitatório, a norma federal estabelece nos incisos dos artigos 17 e 24, respectivamente, as hipóteses de licitação dispensada e licitação dispensável.
- b) A locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, vem prevista na lei federal como hipótese de licitação dispensável, enquanto que, as doações com encargo em que se presencie o interesse público devidamente justificado vêm elencadas na norma como hipótese de licitação dispensada.
- c) Nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem subsidiariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

d) Será dispensável a Licitação quando a anterior for deserta e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

30. Quanto às orientações traçadas pela Lei Federal n. 8.429/1992 aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito, podemos observar que:

- a) O responsável pelo ato de improbidade estará sujeito às cominações impostas em seu texto legal, restando prejudicadas, todavia, se aplicadas sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.
- b) No momento da fixação das penas previstas no diploma federal citado, o juiz levará em conta o proveito patrimonial obtido, sem considerar a extensão do dano causado pelo agente.
- c) Dentre as sanções previstas pela norma federal, observamos a suspensão dos direitos políticos do agente, pelo prazo de cinco a dez anos e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- d) A lei federal prevê como sanção a proibição de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por intermédio de pessoa jurídica da qual o agente seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CARGO E AO IPASGO

31. As alterações realizadas na Lei nº 14.081, de 26 de fevereiro de 2002, reestruturaram o IPASGO e ainda instituíram o Plano de Assistência a Saúde - IPASGO SAÚDE, em relação aos quais podemos afirmar atualmente que:

- a) O IPASGO pode ser definido como Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás, com sede e foro na Capital, sob a forma de autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.
- b) A autonomia administrativa e financeira do IPASGO exclui o exercício da supervisão de suas atividades pelos órgãos competentes do Poder Executivo.
- c) Constitui objetivo primordial do IPASGO SAÚDE a realização, mediante contraprestação pecuniária, das operações de assistência à saúde dos servidores do Estado, de suas fundações, autarquias, inclusive agências, e empresas públicas, na forma prevista em lei.
- d) O IPASGO é administrado e gerido pelo Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO SAÚDE.

32. Em caso de convênio do IPASGO SAÚDE com a União, os outros Estados e os Municípios, bem como com as respectivas entidades da administração indireta, para prestação de assistência à saúde de seus servidores ou empregados públicos, a Lei 14.081/2002 estabelece que:

- a) Na hipótese de fixação da contribuição por percentual, este não poderá ser inferior a 8% (oito por cento), no plano básico.
- b) É vedada qualquer prestação de serviço ou benefício sem a correspondente contribuição.
- c) Na hipótese de fixação da contribuição por percentual, este não poderá ser inferior a e 13% (treze por cento) no plano especial.
- d) No convênio deve ser consignado o período de carência, previsto no § 1º, do art. 12, da Lei 14.081/2002, para a fruição dos serviços do IPASGO SAÚDE pelos segurados conveniados e seus dependentes, contando-se o prazo a partir do recolhimento das respectivas contribuições a entidade conveniada.

33. Analise os itens abaixo acerca do IPASGO SAÚDE na Lei 14.081/2002 e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I - Os detentores de mandato eletivo podem ser inscritos como usuários titulares do IPASGO SAÚDE, para efeito de assistência à saúde, independentemente do regime jurídico de trabalho, durante e após o exercício do respectivo mandato.

II - As fontes de custeio para concessão dos benefícios e serviços que integram o sistema são proporcionadas pelas contribuições dos segurados previstas na Lei 14.081/2002.

III - Perde a condição de usuário titular do IPASGO SAÚDE aquele que, por qualquer forma, perder a condição de servidor público.

- a) Somente os itens I e III estão corretos.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens apresentados estão corretos.

34. Marque a alternativa que se relacione corretamente à situação dos dependentes nos casos de morte do segurado titular do IPASGO SAÚDE, em conformidade com a Lei 14.081/2002.

- a) Ao dependente que se habilitar como beneficiário do *de cujus* fica garantida a inscrição provisória, desde que inscrito no rol dos dependentes e se manifeste, no ato do requerimento da pensão, pela continuidade da contribuição para o IPASGO SAÚDE, bem como efetue o pagamento da contribuição ao IPASGO SAÚDE, nos termos da Lei 14.081/2002.

b) Ao dependente que se habilitar como beneficiário do *de cujus* fica garantida a inscrição definitiva, desde que inscrito no rol dos dependentes e se manifeste, no ato do requerimento da pensão, pela continuidade da contribuição para o IPASGO SAÚDE, bem como efetue o pagamento da contribuição ao IPASGO SAÚDE, nos termos da Lei 14.081/2002.

c) Ao dependente que se habilitar como beneficiário do *de cujus* fica garantida a inscrição provisória, desde que inscrito no rol dos dependentes e se manifeste, no ato do requerimento da pensão, pela continuidade da contribuição para o IPASGO SAÚDE, independente de pagamento da contribuição ao IPASGO SAÚDE, nos termos da Lei 14.081/2002.

d) Ao dependente do *de cujus*, qualquer que seja sua condição, não é garantido nenhum direito pela Lei 14.081/2002.

35. O(s) item(s) que apresenta(m) as pessoas que o usuário titular não poderá inscrever como seus dependentes, para fins dos efeitos previstos na Lei 14.081/2002, é:

I – os filhos definitivamente inválidos ou incapazes maiores de 18 (dezoito) anos, desde que a invalidez ou a incapacidade tenha ocorrido até o implemento da maioridade.

II – os filhos solteiros que até 23 (vinte e três) anos estejam comprovadamente matriculados em curso de graduação de escola superior de ensino.

III – o enteado solteiro de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos que esteja sob a guarda do usuário titular.

IV – qualquer parente em linha reta, os parentes em linha colateral até o quarto grau e o genro, a nora, cunhado (a) e sogro (a) do usuário titular.

a) Apenas os itens I, II e III.

b) Apenas os itens II e III.

c) Apenas os itens III e IV.

d) Apenas o item IV.

36. Aponte a alternativa que corresponde às disposições contidas na Lei 14.081/2002 e no Decreto 5.592/2002:

a) Os pais do usuário titular compõem o grupo familiar, situação em que a cobertura devida pelo sistema IPASGO SAÚDE está contemplada pela contribuição do usuário titular, que é feita com base em percentual sobre sua remuneração, observado o disposto na Lei 14.081/2002.

b) Na hipótese de casal servidor público em que ambos são remunerados pelos cofres estaduais, é vedada a inscrição, como dependente, daquele que possui a maior remuneração.

c) O genro e a nora do usuário titular são unicamente responsáveis pelo pagamento de suas contribuições e despesas realizadas perante o IPASGO.

d) A inclusão de dependente no grupo familiar, na qualidade de companheiro (a), somente será deferida após procedimento administrativo perante o IPASGO, cabendo ao usuário titular a comprovação do respectivo vínculo nos termos da lei, independente de sentença judicial.

37. No que se refere à perda da qualidade de dependente pelos componentes do grupo familiar, aponte a alternativa incorreta.

a) Em regra, o exercício de atividade remunerada é causa de perda da qualidade de dependente.

b) A perda da condição de segurado pelo titular implicará na exclusão automática de seus dependentes.

c) Na hipótese de cessação da invalidez ou incapacidade o usuário titular fica obrigado a proceder à imediata comunicação do fato ao IPASGO para fins de regularização, sob pena de ressarcir ao Instituto as despesas incorridas a partir da perda da condição de dependente inscrito sob sua responsabilidade.

d) Mesmo com a cessação da união estável, o segurado titular poderá manter o companheiro(a) na condição de dependente do IPASGO SAÚDE, desde que assuma a responsabilidade pelo pagamento da contribuição respectiva, com base unicamente em cálculo atuarial.

38. A Lei 14.081/2002 prescreve que os serviços são disponibilizados pelo IPASGO SAÚDE aos titulares e dependentes, observados a prévia inscrição e os períodos de carência. Qual o período de carência previsto para os procedimentos odontológicos?

a) 180 (cento e oitenta) dias a partir do recolhimento da primeira contribuição.

b) 270 (duzentos e setenta dias) a partir do recolhimento da primeira contribuição.

c) 90 (noventa) dias a partir do recolhimento da primeira contribuição.

d) 12 (doze) meses a partir do recolhimento da primeira contribuição.

39. Em conformidade com as disposições previstas na Lei 14.081/2002, o que se entende por base de cálculo de contribuição do segurado?

a) O valor correspondente à soma mensal paga ou creditada pelo Estado ao mesmo a qualquer título, inclusive o 13º salário, as férias e os pagamentos ou créditos de natureza indenizatória ou eventual, tais como honorários, diárias e ajudas de custo, observado, quanto ao valor da contribuição, o limite máximo estabelecido para o plano escolhido.

- b) O valor correspondente à soma mensal, limitada ao valor máximo, paga ou creditada pelo Estado ao mesmo a qualquer título, inclusive o 13º salário e férias, excluídos somente os pagamentos ou créditos de natureza indenizatória ou eventual, tais como honorários, diárias e ajudas de custo.
- c) O valor correspondente à soma total mensal paga ou creditada pelo Estado ao mesmo a qualquer título, excluídos somente os valores referentes ao 13º (décimo terceiro) salário, adicional de férias e os pagamentos ou créditos de natureza indenizatória ou eventual, tais como honorários, diárias e ajudas de custo, observado, quanto ao valor da contribuição, o limite máximo estabelecido para o plano escolhido.
- d) O valor correspondente à soma total mensal paga ou creditada pelo Estado ao mesmo a qualquer título, excluídos somente os valores referentes ao 13º (décimo terceiro) salário e adicional de férias, e incluídos os pagamentos ou créditos de natureza indenizatória ou eventual, tais como honorários, diárias e ajudas de custo, observado, quanto ao valor da contribuição, o limite máximo estabelecido para o plano escolhido.

40. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- a) O usuário do sistema IPASGO SAÚDE que deixar de recolher as contribuições devidas para o grupo familiar por 90 (noventa) dias consecutivos tem suspensos ou bloqueados os benefícios.
- b) A perda da qualidade de segurado não implica o direito à restituição das contribuições, sendo que aquele que voltar a ser segurado, depois de ter perdido esta qualidade, ficará sujeito a novo período de carência.
- c) O Presidente poderá suspender o atendimento dos segurados dos órgãos ou entidades conveniados cujas contribuições estejam em atraso por mais de 60 (sessenta) dias da liquidação da respectiva folha de pagamento dos seus servidores.
- d) O beneficiário ao qual tenha sido aplicada a penalidade de suspensão do IPASGO SAÚDE, por ter cometido falta grave, fica dispensado do pagamento da contribuição mensal enquanto perdurar a suspensão, sujeitando-se, porém, a novo período de carência.

41. Marque a alternativa que apresenta uma cobertura não correspondente às disposições previstas no Decreto 5.592/2002 relativas ao Plano de Assistência Ambulatorial.

- a) Psicoterapia de crise, com atendimento intensivo por um ou mais profissionais da área de saúde mental, no seu centro de saúde mental ou na rede credenciada.
- b) Procedimentos ambulatoriais e de apoio diagnóstico solicitados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar e não se caracterize como internação hospitalar.
- c) Hemodiálise e diálise – CAPD.
- d) atendimentos de emergência em casos psiquiátricos, nas situações que impliquem risco de vida ou de danos físicos para o próprio usuário ou para terceiros, excluídas as ameaças e tentativas de suicídio e auto-agressão.

42. No que se refere ao Plano de Assistência Hospitalar, o Decreto 5.592/2002 estabelece que:

- a) Não são cobertos por esse Plano os procedimentos de fisioterapia prestados em nível de internação hospitalar.
- b) É assegurada aos usuários deste Plano a cobertura para tratamento de queimadura.
- c) O Plano de Assistência Hospitalar compreende os atendimentos em unidades hospitalares definidas e listadas em ato do Presidente do IPASGO e os atendimentos para fins de diagnósticos.
- d) São cobertos por esse Plano os procedimentos de acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio dos pacientes submetidos a transplantes de rim e córnea, prestados em nível de internação hospitalar, inclusive a medicação de manutenção.

43. À luz do Decreto 5.592/2002, aponte a alternativa incorreta relacionada ao reembolso e ao custo operacional:

- a) Custo Operacional é o pagamento integral, pelo usuário, dos procedimentos por ele utilizados, quando estes não estiverem abrangidos pelo seu plano.
- b) Para que se realize o reembolso das despesas efetuadas, quando previstas no plano a que o usuário é vinculado, faz-se necessária a apresentação da documentação comprobatória da urgência ou emergência.
- c) Serão reembolsáveis todas as despesas vinculadas direta ou indiretamente ao evento que originou o atendimento ao usuário.
- d) O tratamento clínico ou cirúrgico experimental não pode ser objeto da modalidade de custo operacional.

44. Durante o período de carência previsto na Lei 14.081/2002, são garantidos aos usuários do IPASGO SAÚDE os atendimentos odontológicos de emergência, com a seguinte cobertura:

- a) Radiologia.
- b) Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial.
- c) Dentística restauradora.
- d) Reimplante de dente avulcionado.

45. De acordo com o Decreto 5.592/2002 ficam excluídos da cobertura do IPASGO SAÚDE os serviços abaixo relacionados, exceto:

- a) A mamoplastia, ainda que a hipertrofia mamária possa repercutir sobre a coluna vertebral.

- b) O atendimento para distúrbio e dificuldade da aprendizagem.
- c) Check-up, investigação diagnóstica eletiva, em regime de internação hospitalar, necropsias.
- d) Na assistência ambulatorial, os procedimentos que exijam anestesia diferente da anestesia local, sedação ou bloqueio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

46. O Sistema Nacional de Auditoria (SNA) foi estabelecido como um mecanismo de controle técnico e financeiro para regular as ações e os serviços de saúde em todo o território nacional, sob competência do Sistema Único de Saúde (SUS) e em cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios. Quando foi instituído o SNA?

- a) 05 de outubro de 1988, Artigo n.º 197 da Constituição Federal.
- b) 19 de setembro de 1990, Lei n.º 8.080.
- c) 27 de julho de 1993, Lei n.º 8.689.
- d) 29 de setembro de 1995, Decreto n.º 1.651.

47. O Conselho Federal de Medicina (CFM) regulamentou a atividade médica do auditor com a resolução n.º 1.614/2001. Escolha a alternativa incorreta em relação à atividade do médico auditor:

- a) O médico, na função de auditor, encontrando impropriedades ou irregularidades na prestação do serviço ao paciente, deve comunicar o fato por escrito ao Conselho Regional de Medicina.
- b) O médico, na função de auditor, só poderá acompanhar procedimentos no paciente com autorização do mesmo, do representante legal ou do médico assistente.
- c) É vedado ao médico, na função de auditor, transferir sua competência a outros profissionais, mesmo quando integrantes de sua equipe.
- d) Havendo identificação de indícios de irregularidades no atendimento do paciente, cuja comprovação necessite de análise do prontuário médico, é permitida a retirada de cópias exclusivamente para fins de instrução da auditoria.

48. O prontuário é o registro de toda a assistência prestada ao paciente pelo médico assistente, o qual fornece todas as informações sobre seu tratamento. O prontuário médico pertence a quem?

- a) Ao paciente.
- b) Ao paciente e ao médico.
- c) Ao paciente e à instituição de saúde.
- d) Ao paciente, ao médico e à instituição de saúde.

49. O Sistema Nacional de Auditoria se reveste de atividades específicas, suplementando outras instâncias de controle e subsidiando o processo de planejamento das ações de saúde, sua execução, gerência técnica e avaliação qualitativa dos resultados obtidos. O cumprimento de suas finalidades far-se-á através do desenvolvimento de atividades de auditoria analítica e operativa, objetivando as seguintes ações, exceto:

- a) Determinar o desenvolvimento das atividades de atenção à saúde pelas unidades prestadoras de serviços ao SUS.
- b) Determinar a conformidade dos elementos de um sistema ou serviço, verificando o cumprimento das normas e requisitos estabelecidos.
- c) Levantar subsídios para a análise crítica da eficácia do sistema ou serviço e seus objetivos.
- d) Avaliar a qualidade da assistência à saúde prestada e seus resultados, bem como apresentar sugestões para seu aprimoramento.

50. O Sistema Nacional de Auditoria é integrado por uma Comissão Corregedora Tripartite, composta pela direção nacional do SUS, representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Saúde e do Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde. Qual das seguintes competências abaixo, para atividades de auditoria, não cabe em nível de governo municipal?

- a) As ações e serviços desenvolvidos por consórcio intermunicipal ao qual o município esteja associado.
- b) As ações, métodos e instrumentos implementados pelos órgãos municipais de controle, avaliação e auditoria.
- c) Os serviços de saúde sob sua gestão (públicos e privados).
- d) As ações e serviços estabelecidos no plano municipal de saúde.

51. A glosa total, referente à prestação de serviços assistenciais ao Sistema Único de Saúde – SUS, somente deve ser efetuada em situações onde a equipe de auditoria já esgotou todas as providências no sentido de comprovar a realização do procedimento que está sendo auditado. O não cumprimento das normas administrativas do SUS por parte do prestador nem sempre caracteriza a não realização do ato médico/procedimento que está sendo cobrado. Em qual dos seguintes casos abaixo a glosa deve ser total?

- a) Procedimento cobrado difere do tratamento realizado.
- b) Emissão de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) para tratamento realizado em regime ambulatorial.

- c) Internação para investigação diagnóstica.
- d) Atos profissionais realizados simultaneamente no mesmo hospital ou em hospitais diferentes pelo mesmo profissional.

52. As auditorias referentes à prestação de serviços assistenciais ao Sistema Único de Saúde – SUS serão realizadas assegurando-se ao auditado amplo direito de apresentar defesa por escrito. Qual o prazo para apresentação da mesma, contado da data do recebimento do comunicado do órgão de auditoria do Departamento de Auditoria do SUS – DENASUS (exceto pessoa jurídica de direito público ou órgão da administração direta ou indireta)?

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 60 dias.

53. Quando forem detectadas irregularidades ou distorções em unidades assistenciais próprias, a Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde promoverá as medidas saneadoras, em consonância com a legislação em vigor, buscando a apuração de responsabilidades. A aplicação das penalidades deverá ser acordo com o grau determinado da distorção. Qual das alternativas abaixo apresenta uma distorção grave ou de 3º grau?

- a) Ações que resultam em risco de vida ao usuário.
- b) Fraude contra o Fundo Estadual de Saúde e/ou erário público.
- c) Distorções acima de 20% em prontuários, fichas clínicas e outros documentos.
- d) Ações que resultam em danos pecuniários ao SUS ou aos usuários.

54. A Auditoria pode ser classificada como Contábil, de Gestão, Operativa entre outras. Em relação à Auditoria Operativa, escolha a alternativa que não apresenta uma de suas características:

- a) Conjunto de procedimentos especializados que consiste na análise de relatórios, processos e documentos, visando avaliar se os serviços ou sistemas de saúde atendem as normas e padrões previamente definidos.
- b) Atividade desenvolvida na própria unidade onde as ações e serviços são realizados mediante a observação direta dos controles internos, fatos, dados, documentos e situações.
- c) Tem como um dos objetivos aferir de modo contínuo a adequação, eficiência, eficácia e os resultados dos serviços de saúde.
- d) Outro objetivo é verificar a regularidade nas condições técnicas de utilização dos espaços destinados ao atendimento do usuário.

55. O Código de Ética Médica descreve que é vedado ao médico, exceto:

- a) Revelar o fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por justa causa, dever legal ou falecimento do paciente.
- b) Revelar segredo profissional referente a paciente menor de idade, inclusive a seus pais ou responsáveis legais, desde que o menor tenha capacidade de avaliar seu problema e de conduzir-se por seus próprios meios para solucioná-lo, salvo quando a não revelação possa acarretar danos ao paciente.
- c) Revelar informações confidenciais obtidas quando do exame médico de trabalhadores, inclusive por exigência dos dirigentes de empresas ou instituições, salvo se o silêncio puser em risco a saúde dos empregados ou da comunidade.
- d) Prestar a empresas seguradoras qualquer informação sobre as circunstâncias da morte de paciente seu, além daquelas contidas no próprio atestado de óbito, salvo por expressa autorização do responsável legal ou sucessor.

56. Lesões graves do anel pélvico têm ocorrido com maior frequência devido aos traumas de alta energia tão prevalentes na sociedade moderna. Nas últimas décadas, muitos avanços foram alcançados tanto na avaliação inicial ao politraumatizado quanto ao tratamento ortopédico dado a tais lesões. Na lesão do anel pélvico do tipo C de Tile, com instabilidade hemodinâmica, o dispositivo ideal de fixação provisória é o:

- a) fixador externo supra-acetabular.
- b) clampe posterior.
- c) calção pneumático antichoque (PASG).
- d) enfaixamento circunferencial com lençol (“fraldão”).

57. O tendão da cabeça longa do bíceps braquial, que se origina no tubérculo supraglenoidal, percorre o úmero lateral anteriormente e sai da articulação pelo sulco intertubercular. O tendão bicipital e o manguito rotador são separados do processo acromial e do músculo deltóide por uma quantidade variável de gordura e pela bursa subdeltóidea-subacromial. Na luxação medial do tendão da cabeça longa do bíceps braquial, é comum a associação de rotura do tendão do:

- a) supra-espal.

- b) infra-espinal.
- c) subescapular.
- d) redondo menor.

58. As fraturas transtrocanterianas são extracapsulares e ocorrem entre o grande e o pequeno trocânter. Perfazem um quarto das fraturas do quadril e incidem mais comumente no idoso mais velho. Na fratura transtrocanteriana de traço reverso, é contra-indicada a utilização de:

- a) placa angulada de 95°.
- b) placa-parafuso deslizante de 130°.
- c) haste intramedular céfalo-medular.
- d) placa-parafuso deslizante de 95°.

59. A luxação posterior do ombro é uma entidade pouco freqüente (2,1% de todas as luxações do ombro). Por ser pouco conhecida, muitos ortopedistas nunca viram um só caso e não pensam nessa possibilidade; assim, essas luxações não são comumente percebidas no primeiro atendimento e, portanto, a forma crônica é a mais comum. Na luxação posterior do ombro, a lesão ântero-medial da cabeça do úmero é conhecida como:

- a) Bankart.
- b) Hill-Sachs.
- c) McLaughlin.
- d) Neer.

60. O propósito de se classificar o hálux valgo visa facilitar a decisão do melhor procedimento a ser realizado. A deformidade pode ser classificada em leve, moderada ou grave. Há na literatura uma grande quantidade de trabalhos que abordam e defendem diversas técnicas cirúrgicas. No hálux valgo de leve a moderado, com componente interfalângico associado, obtém-se melhor resultado com a associação das técnicas de Chevron e:

- a) Akin.
- b) Mitchell.
- c) McBride.
- d) Keller.

RASCUNHO